

, Leituras da LÓGICA DE HEGEL

Agemir Bavaresco
José Pinheiro Pertille
Marloren Lopes Miranda
Jair Tauchen
(Orgs.)



Esta obra é fruto do primeiro Encontro Nacional sobre a Ciência da Lógica de Hegel, realizado nos dias 27 e 28 de setembro de 2017, no Auditório do Prédio 5 da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande de Sul, em Porto Alegre. Esse encontro foi idealizado a fim de reunir pesquisadores, estudantes e público em geral interessados nas discussões acerca da filosofia hegeliana, em especial, daquelas que concernem à Ciência da Lógica. Essa obra está sendo traduzida, integralmente, pela primeira vez em língua portuguesa. O primeiro livro, a Doutrina do Ser, foi traduzido em 2016, e o segundo livro, a Doutrina da Essência em 2017. Trata-se de um empreendimento de iniciativa do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da PUCRS, através do seu coordenador, professor Dr. Agemir Bavaresco e do professor Dr. Christian Iber. A tradução busca ampliar o público leitor de uma das principais obras do pensamento hegeliano, através de um trabalho em equipe que envolve convidados e colaboradores, tais como o professor Dr. Federico Orsini, também da PUCRS, e a doutoranda da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Marloren Miranda, dentre outros. Esperamos que o volume possa contribuir para que as discussões acerca da Ciência da Lógica de Hegel, e dos estudos hegelianos em geral, instiguem a pesquisa e a recepção do pensamento hegeliano.



Leituras da Lógica de Hegel

Leituras da Lógica de Hegel

Agemir Bavaresco
José Pinheiro Pertille
Marloren Lopes Miranda
Jair Tauchen
(Orgs.)

ϕ editora fi

Direção editorial: Agemir Bavaresco

Capa e diagramação: Lucas Fontella Margoni

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da Creative Commons 4.0 https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Associação Brasileira de Editores Científicos

<http://www.abecbrasil.org.br>

Série Filosofia e Interdisciplinaridade - 87

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

BAVARESCO, Agemir; PERTILLE, José Pinheiro; MIRANDA, Marloren Lopes; TAUCHEN, Jair (Orgs.).

Leituras da Lógica de Hegel. [recurso eletrônico] / Agemir Bavaresco; José Pinheiro Pertille; Marloren Lopes Miranda; Jair Tauchen (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017.

363 p.

ISBN - 978-85-5696-256-0

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Filosofia. 2. Teoria. 3. Interdisciplinaridade. 4. Ética. 5. Lógica. 6. Hegel. I. Título. II Série.

CDD-100

Índices para catálogo sistemático:

1. Filosofia 100

Espaço lógico em Wittgenstein e Hegel

Eduardo Luft*

§1

Algo em comum¹

Há um esforço recente na literatura em aplicar o conceito de ‘espaço lógico’ no âmbito das discussões sobre o pensamento dialético, o que permitiria renovar nossa compreensão da *Lógica* de Hegel e, quem sabe, inaugurar novas veredas possíveis para o projeto de sua atualização.² No que segue busco avaliar as potencialidades e limites deste deslocamento semântico, explicitando semelhanças e divergências cruciais entre as teses do *Tractatus* de Wittgenstein, a fonte clássica do uso do termo ‘espaço lógico’ em filosofia³, e a complexa teoria categorial desenvolvida por Hegel em sua *Ciência da Lógica*.

*

Vamos começar pelas semelhanças: tanto o *Tractatus* quanto a *Ciência da Lógica* desdobram-se no marco de uma posição filosófica que costuma ser denominada *idealismo objetivo*.⁴

* Prof. Dr. em Filosofia, PUCRS, e-mail: eduardo.luft@pucrs.br

¹ Agradeço a Rosana Pizzatto pelas sugestões dadas após leitura atenta de uma primeira versão deste texto.

² Penso aqui, sobretudo, em Koch (2014, 2015). Mas o uso do conceito de ‘espaço lógico’ para interpretar a *Lógica* de Hegel tem se generalizado: já se encontrava, por exemplo, em Wartenberg (1993, p.115), reaparece em Redding (1996, p.145) e, mais recentemente, em outras investigações na ontologia contemporânea (Gabriel (2011, p. 132)). Em 2011, K. Utz fez instigante palestra sobre o tema no VI Congresso da Sociedade Hegel Brasileira.

³ Por sua vez, o uso deste conceito por Wittgenstein teria sido inspirado, segundo Toulmin, nos “conjuntos de possibilidades” (“ensembles of possibilities”) (o termo é de Toulmin) aventados na termodinâmica generalizada de Boltzmann (cf. Toulmin, 1969). Mais recentemente, a conexão entre ‘espaço lógico’ e ‘espaço de fases’ (phase-space) foi problematizada por Preston, 2015.

⁴ Para o idealismo objetivo, cf. Hösle (1997, p.205ss).

Mas o que vem a ser o idealismo objetivo? Vejamos primeiro o que ele não é: nem idealismo subjetivo, nem idealismo intersubjetivo. Uma das apresentações mais sucintas e belas do idealismo subjetivo⁵ vê-se logo ao início do clássico⁶ de Schopenhauer: “O mundo é minha representação” (SW, v.1, p.31). O mundo inteiro é concebido apenas como mera projeção da mente: o idealismo subjetivo é um idealismo *psicológico*, portanto, seja se o desdobramos no âmbito de uma psicologia empírica (como em Hume) ou de uma psicologia transcendental (como em Kant e Schopenhauer).

Já no caso do idealismo intersubjetivo, a fonte ou a raiz da projeção deste mundo fenomênico não é a mente, mas a linguagem. É o que aventa a famosa expressão de Gadamer, quase ao final de *Verdade e Método*: “O ser que pode ser compreendido é linguagem” (GW, v.1, p.478). Sim, o mundo conhecido é apenas uma espécie de virtualidade, mas esta totalidade fenomênica não se afunda no enigma do solipsismo, não se enraíza na clausura de *uma* mente.⁷ O que temos na Hermenêutica Filosófica é uma totalidade de sentido partilhada por todos aqueles que participam da linguagem, ou dos jogos de linguagem, diria o segundo Wittgenstein, dando ao idealismo intersubjetivo uma tonalidade relativista.⁸ O mundo seria, portanto, *nosso* mundo, mesmo que jamais deixando de ser pura virtualidade.

Mas não é assim que pensava o primeiro Wittgenstein, o Wittgenstein do *Tractatus*. A célebre afirmação “os fatos no espaço lógico são o mundo” (TLP, 1.13) contém implícito o mesmo pressuposto da “ciência pura” de Hegel em sua pretensão de

⁵ Com validade restrita, de todo modo, já que esta forma de idealismo se aplicaria apenas à filosofia transcendental esboçada no primeiro dos quatro livros do clássico schopenhaueriano.

⁶ O Mundo como Vontade e Representação, claro.

⁷ A “minha mente”, cujo egotismo enclausurado pode ser reverberado ao infinito por outras possíveis mentes, cada uma delas igualmente fechada para todas as demais, como as mônadas de Leibniz.

⁸ Já que não poderia haver o jogo de todos os jogos de linguagem, não haveria entre os múltiplos jogos mais do que *semelhanças...* (cf. as *Investigações Filosóficas* (Wittgenstein, PU, p.276-277).

desvelar o pensamento que é “*a coisa ela mesma, ou a coisa ela mesma enquanto é também o pensamento puro*” (WL, 5, p.43). A estrutura lógica do pensamento é a estrutura lógica do mundo. Para ambos, Wittgenstein e Hegel, vale a premissa central do idealismo objetivo, veiculada desde o ato inaugural de Parmênides: pensamento = ser. Não apenas há uma realidade externa àquele que conhece - o que só formas extremas de idealismo subjetivo (ou intersubjetivo) negariam -, mas ela é cognoscível justamente por estar assentada em *estruturas objetivas ideais* que sustentam por igual o pensamento, como as *ideias* para Platão ou as *leis da lógica* para Hegel e Wittgenstein.

*

Mas os nossos filósofos estão de acordo também em outro ponto, que faz de Hegel um pensador bem à frente de seu tempo: a adoção daquela reviravolta que será chamada posteriormente a *virada lingüística*⁹ em filosofia. Enquanto Kant desenvolve toda a sua filosofia ainda no âmbito de uma teoria psicológica (embora transcendental), Hegel libera a Lógica de pressupostos psicológicos, ao mesmo tempo em que supera a conhecida dicotomia das faculdades do sujeito kantiano, que oscilava entre a discursividade do entendimento e da razão e a não discursividade ou o caráter intuitivo da sensibilidade. A *Lógica* hegeliana é uma teoria do pensamento pelo próprio pensamento, um pensamento desde sempre expresso em redes conceituais. Ela pressupõe a *Fenomenologia do Espírito* justamente enquanto esta dá prova do caráter eminentemente discursivo da própria certeza sensível e libera de vez, no decorrer das várias etapas do processo fenomenológico, a filosofia das amarras do “paradigma da consciência”.

⁹ Cf. Oliveira (1996).

No caso de Wittgenstein, toda a sua abordagem bebe da fonte do antipsicologismo da filosofia da Lógica de Frege, para quem “o psicológico deve ser rigidamente separado do lógico, o subjetivo do objetivo”¹⁰, em uma afirmação que funde de modo explícito antipsicologismo e idealismo objetivo. Pensamento é linguagem, e a teoria do pensamento e da Lógica deve ser concebida no âmbito de uma filosofia da linguagem, e não no contexto de qualquer teoria psicológica, uma filosofia da linguagem que revela não apenas a estrutura lógica do pensamento, mas também a estrutura lógica do mundo.

§2

Átomos de pensamento

Não podemos esquecer, todavia, das profundas diferenças que os separam. Wittgenstein é um pensador Analítico, Hegel, um Dialético.¹¹ Não poderiam brotar destas vertentes tão diferentes da filosofia mais do que concepções antagônicas acerca do que vem a ser a linguagem.

A Filosofia Analítica de Wittgenstein parte da exigência de uma análise lógica da linguagem, da decomposição do todo em suas partes constitutivas. Só a análise lógica poderia revelar a matéria, por assim dizer, de que é feita a linguagem, os blocos de construção da vasta arquitetura do pensamento, além de tornar explícitas as suas fundações, revelar a raiz última do *sentido*.

A demanda exclusiva por uma análise lógica da linguagem pressupõe um *atomismo semântico*. Tomemos um livro, qualquer livro, sobre qualquer assunto, desde que forjado nas malhas de um pensamento com pretensão de verdade. Não valem aqui poemas,

¹⁰ Cf. Frege (GA, p.23).

¹¹ Para o contraste entre Analíticos e Dialéticos, cf. Cirne Lima, *Dialética para Principiantes* (in: OC, v.3, p.69ss).

portanto, nem mesmo o mais filosófico dos poemas, como a notável quase-prosa de Pessoa: “Quanto mais fundamente penso, mais profundamente me descompreendo. O saber é inconsciência de ignorar”¹², pois poemas não são, nem se pretendem teorias.

Qualquer texto teórico, portanto, deveria ser submetido, aos olhos de Wittgenstein, aos rigores da análise lógica: descobriríamos, ao final, que todo pensamento com pretensão de verdade é decomponível até o menor dos pensamentos, aquele átomo de sentido que Wittgenstein denomina proposição atômica. Para o pensador analítico, nosso ato de decomposição não pode ir aquém da proposição atômica, pois abaixo dela não há mais do que cacos de pensamento. Se digo, por exemplo, apenas “Sócrates” ainda não digo propriamente nada. O interlocutor aguarda, paciente, “Sócrates... o quê?”. Quando complemento: “Sócrates... é mortal”, aí então tenho um pensamento completo, algo que pode ser verdadeiro ou falso, uma verdadeira proposição.

Uma vez tendo descoberto o átomo da linguagem, Wittgenstein descobre as moléculas da linguagem: proposições moleculares são apenas aglomerados de proposições atômicas. O todo é a soma das partes. Um livro teórico, qualquer um, por mais vasto que seja, não é mais do que uma extensa proposição molecular. Esta é a arquitetura do pensamento. Mas em que esta vasta construção está assentada? Em que se enraíza a *determinação* das proposições? Onde se ancora ou de onde brota o seu sentido? Por que pensamentos fazem sentido? Qual a teoria semântica wittgensteiniana?

A resposta de Wittgenstein: as condições de sentido são as condições de verdade ou falsidade; pensamentos têm sentido enquanto podem ser verdadeiros ou falsos. Este ponto é crucial, pois entre os pensamentos possíveis há aqueles que são sempre verdadeiros (podem ser determinados verdadeiros *a priori*), as tautologias, aqueles que são sempre falsos (ou *a priori* falsos), as

¹² Cf. Pessoa, *Primeiro Fausto* (in: OP, p.633).

contradições, e aqueles que podem ser verdadeiros ou falsos, todos os pensamentos empíricos.

Tautologias têm sua *verdade* determinada com o simples apelo às regras da Lógica; contradições têm sua *falsidade* determinada do mesmo modo. Ambas não têm propriamente sentido (TLP, 4.461), mas o seu uso é legítimo e sua função, como veremos, central. Pensamentos não tautológicos ou empíricos, por sua vez, são verdadeiros ou falsos, ou têm sentido, enquanto figuram fatos. Proposições atômicas refletem ou espelham fatos atômicos: "o mundo é a totalidade dos fatos, não das coisas" (TLP, 1.1.). Proposições atômicas são configurações de signos simples, fatos atômicos são configurações de objetos. A relação de figuração ou espelhamento só é possível porque a estrutura lógica do pensamento é a estrutura lógica do mundo (pensamento = ser). Se o pensamento complexo não pode ser decomposto para além da proposição atômica é porque termos, isolados, não têm sentido, da mesma forma como objetos no mundo só existem configurados como fatos.

Pensamentos tautológicos, por sua vez, não figuram fatos, mas mostram as leis lógicas que perpassam e constituem o campo de todos os pensamentos possíveis (e de todos os fatos possíveis, seguindo a tese do idealismo objetivo), quer dizer, constituem o *espaço lógico*. "A lógica do mundo, que as proposições da lógica mostram em tautologias, a matemática mostra em igualdades" (TLP, 6.22). Pensamentos tautológicos espelham o mundo ao conterem, ambos, uma e mesma forma lógica: "A Lógica não é uma doutrina, mas um espelho do mundo" (TLP, 6.13).

Pegue um livro, qualquer livro teórico, e obedecendo estritamente às restrições originárias impostas pelas regras da Lógica bivalente, as tautologias a que se refere Wittgenstein, embaralhe a bel-prazer todas as proposições atômicas que o compõem: de cada novo embaralhamento emergirá um novo livro, e a cada novo livro corresponderá um novo mundo possível. O espaço lógico não é mais do que este vasto campo de variações

possíveis de nossos pensamentos e das formas de existência, uns espelhando estritamente os outros.

Mas a filosofia de Wittgenstein repousa, instável, entre dois enigmas, como uma rede vacilante interposta entre dois Nadas. Este impasse remete, como veremos, a outra característica decisiva da filosofia analítica da linguagem: o dualismo entre a forma lógica do pensamento (sintaxe) e seu conteúdo ou sentido (semântica), vistos como *opostos excludentes*.

Proposições atômicas lastreadas na experiência ou proposições protocolares são o alicerce semântico de todo o edifício da ciência. Da possível determinação de seu sentido depende a possível determinação de sentido de qualquer outro pensamento (não tautológico ou contraditório). Ora, o que garante a determinação de sentido destas proposições-base é a relação de figuração - o fato de que tais proposições correspondem a fatos -, mas não há nada na própria proposição protocolar que *veicule* o que se entende por tal figuração. Proposições empíricas têm o seu sentido determinado, em última instância, não por elas mesmas, mas pela alteridade radical dos fatos no mundo, os fatos atômicos a que elas correspondem. Elas pressupõem a determinação exterior dos fatos atômicos e a determinação da própria relação entre fatos atômicos e proposições atômicas, quer dizer, a determinação da *figuração*, mas não podem dizê-la. O *figurar* não pode ser dito, não é dizível na imanência do discurso empírico, e se perde no vazio do silêncio, um dos Nadas referidos acima.

Na outra ponta, no que diz respeito às próprias tautologias, o resultado não é muito mais promissor, já que tautologias *nada dizem* (TLP, 4.461). Tautologias podem *mostrar* a forma lógica pressuposta, mas não podem *dizer* o que ela é (a estrutura lógica do mundo), pois tautologias são vazias de sentido (*sinnlos*: TLP, 4.461). A pura forma lógica, a pura sintaxe é destituída de conteúdo, não há nada nela a ser dito. Mostrar não é propriamente um dizer, mas algo que excede a esfera do dizível como sua condição não explicitável discursivamente - e assim caímos, na

outra ponta, em outro Nada, de modo muito semelhante ao ocorrido à filosofia transcendental kantiana, suspensa entre a coisa-em-si que se espraia para além dos fenômenos e a coisa-em-si que se oculta na interioridade incognoscível da própria subjetividade.¹³

É o que descobrimos ao final da obra, na célebre afirmação: “do que não se pode falar, deve-se guardar silêncio” (TLP, 7).¹⁴ Em Wittgenstein, toda a filosofia da linguagem está suspensa entre o vazio da tautologia e o silêncio da figuração.

§3

Enlaçamentos

Dialéticos não têm nada contra a análise lógica da linguagem, mas a análise deve ser compreendida como um empreendimento complementar à síntese. A pura análise assenta na ilusão de encontrar, ao fim e ao termo, o fundamento de todo sentido no átomo semântico. Mas nada garante que o processo de análise tenha um termo; por que ele não poderia seguir, ao menos potencialmente, ao infinito? E mesmo tendo, aqui e agora, um termo, mesmo que pudéssemos encontrar um tal átomo, como responderíamos à pergunta pela origem¹⁵ de sua determinação (sem recorrer à enigmática determinação externa de que lança mão, como vimos, o *Tractatus*)?

Não, o sentido dos pensamentos não assenta em um átomo de pensamento, mas emerge de processos de determinação

¹³ Cf. Kulenkampff (1970, p. 99 nota).

¹⁴ Sobre o *Tractatus* como uma longa “iniciação ao silêncio”, cf. Margutti (1998).

¹⁵ Que o atomismo não possa dar conta da pergunta pela origem da determinação é um fato conhecido não apenas em semântica. Esta é a razão para que a teoria da seleção natural seja complementada por uma teoria de sistemas complexos: “o casamento evolucionário de auto-organização e seleção é ele mesmo governado por lei: a seleção alcança e preserva sistemas situados na fronteira ou no limite entre a ordem e o caos” (Kauffman, 1993, p. XV).

relacionais de vastas redes semânticas. Os dialéticos defendem uma *semântica relacional*. Tentar encontrar o sentido em um átomo do pensamento, um pensamento isolado de todos os outros pensamentos, é como tentar compreender a sociabilidade conhecendo apenas o indivíduo: tenta-se em vão destacar o nó dos enlaçamentos que o constituem.

*

Esta compreensão relacional do sentido dá à semântica hegeliana traços muito próprios. Termos como ‘ser’, ‘essência’ e ‘conceito’ não denotam objetos no mundo, mas conotam uns aos outros e só têm sentido pleno no contexto da vasta trama categorial da *Ciência da Lógica*. E mesmo a tríade ser-essência-conceito, pensada como incorporando todas as categorias lógicas, não denota nada, mas expressa ou “torna explícita”, como afirmaria Brandom (1994) (Wittgenstein diria “mostra”, se pudéssemos tornar o seu mostrar dizível sem rejeitar os postulados do *Tractatus*), a estrutura lógica do pensamento que é a estrutura lógica do mundo. A *Lógica* hegeliana apresenta-se como uma obra estritamente reflexiva, uma teoria do pensamento pelo próprio pensamento, rompendo com qualquer modelo representacional, seguindo aqui muito de perto a exigência kantiana para toda a nova metafísica, quer dizer, não tratar a totalidade como se fosse objeto, mas ao mesmo tempo indo além ao abandonar de vez o paradigma da consciência.

Hegel parece supor também, uma vez aceitando a análise como um procedimento complementar à síntese, nunca como exclusivo, que o procedimento analítico pode bem conduzir a um âmbito aquém da dimensão proposicional, violando o assim-chamado “princípio do contexto” de Frege (GA, p.136). ‘Ser’, ‘nada’ e ‘dever’, por exemplo, não têm a forma proposicional, mas não deixam de ter sentido ao gestarem as redes semânticas que inauguram a *Lógica* hegeliana, mesmo que a sua determinação

plena venha a emergir só ao final da obra, quando tais redes conceituais se desdobram na forma do juízo (proposição) e do silogismo (argumento dedutivo). A forma proposicional, portanto, emerge só em fases mais avançadas do processo de autodeterminação do pensamento, até que este venha a encontrar a sua completude ou plenificação, a sua *Vollendung*.

*

E agora chegamos ao tema decisivo: se o sentido das categorias não está dado plenamente já ao início, mas vai sendo constituído no decorrer do próprio movimento dialético, então a semântica hegeliana, além de relacional, é *processual*; e se, no decorrer deste processo, o sentido das categorias vai ficando mais e mais determinado, então o próprio processo dialético não é homogêneo, mas dá-se percorrendo distintos *graus de determinação*, o que tem implicações não apenas para a compreensão adequada desta “semântica sistemática”, como diria Puntel (1977), mas para a sua relação com a *sintaxe* hegeliana, enfim para a leitura dialética da relação entre forma e conteúdo do pensamento.

Lembremos que uma característica decisiva do pensamento analítico, na verdade o pressuposto conducente ao duplo impasse mencionado em nosso breve exame do *Tractatus*, é a compreensão da relação entre sintaxe (forma) e semântica (conteúdo) como oposição excludente. À dimensão formal do pensamento cabe a sua plena determinação como verdadeiro (no caso da tautologia) ou falso (no caso da contradição); à dimensão não formal do pensamento cabe a sua faceta subdeterminada (o *poder ser* verdadeiro ou falso), determinável apenas *a posteriori* pela figuração dos fatos no mundo. Contrapõem-se, portanto, a estrita necessidade do pensamento (o que há nele de *a priori*) e a sua estrita contingência (o que há nele de *a posteriori* ou empírico).

Para os dialéticos, no entanto, esta compreensão dicotômica, não conciliada, entre uma dimensão puramente formal ou necessária da linguagem (sintaxe) e outra não formal e contingente (semântica) não se sustenta. Necessidade e contingência são opostos correlativos ou complementares: não há necessidade sem contingência, nem vice-versa. Deve haver algum terceiro que permita pensar a síntese dos opostos. Já Kant¹⁶ havia sugerido a existência de um terceiro nesta duplicidade, aquele tipo de juízo que carrega consigo uma forma especial de necessidade não-tautológica, a “síntese *a priori*”, um tipo de pensamento ou juízo que agrega conteúdo na relação sujeito/predicado ou nos distintos passos argumentativos, sem perder-se na pura contingência. É esta alternativa que Hegel tem em mente ao propor uma *lógica sui-generis* a que até hoje chamamos *dialética*. Uma sintaxe que não é indiferente às alterações semânticas na dinâmica discursiva, um tipo de forma que se molda ao conteúdo no decorrer do processo dialético, ou de um conteúdo que molda uma nova forma, um novo padrão configuracional na rede semântica.

Pensemos no modo como ocorre o processo dialético na transição de um conceito a outro, de ‘ser’ a ‘nada’, por exemplo, e destes a ‘devir’, como sua síntese. Da tentativa de dizer o ‘ser’ como a determinação completa do pensamento, ou como a totalidade do que vem a ser dito por um pensamento que quer explicitar a sua própria estrutura lógica, emerge uma contradição a ser superada, uma forma de contradição que pode ser entendida como *pragmática*, pois se dá entre o que pretendemos dizer (a estrutura lógica completa do pensamento) e o que dizemos de fato (sua manifestação incompleta). Mas por que devemos transitar de ‘ser’ (*Sein*) a ‘nada’ (*Nichts*) e não a ‘não-ser’ (*Nichtsein*) (como sugeririam as distinções categoriais do diálogo *Sofista* de Platão), ou por que não transitamos de ‘ser’ diretamente a ‘aparecer’

¹⁶ KrV, B10ss.

(*Schein*) (como poderia sugerir o diálogo com o ceticismo pirrônico), sem as longas transições que separam as Doutrinas do Ser e da Essência na *Lógica*? Há um tipo de necessidade na detecção da contradição apontada na tentativa de dizer ‘ser’ (ou qualquer uma das demais categorias) isoladamente, mas que necessidade haveria na transição de ‘ser’ a ‘nada’?

Uma resposta possível seria a de que o encontro desta categoria oposta é de início contingente, e só depois o conhecimento de uma nova forma lógica - o modo de configuração próprio ao enlaçamento de ‘ser’ e ‘nada’ na categoria sintética de ‘devir’ - permitiria resolver ou “superar e guardar” (*aufheben*) tal contingência em uma nova e mais alta necessidade. Esta necessidade não pode ser do mesmo tipo da que emergiu ao início, quando a tematização da categoria ‘ser’ foi detectada contraditória (já que a detecção de contradições, e a refutação da suposição de que ‘ser’ seja a verdade buscada, dá-se na forma da necessidade típica da lógica *formal*, pelo simples apelo ao *modus tollens*¹⁷), ela deve ser uma outra forma de necessidade. Isto é justamente o que Hegel propõe ao diferenciar, na dialética das modalidades, ao menos três tipos de necessidade, a necessidade puramente formal, a necessidade relativa e a necessidade absoluta. Parece claro que, para Hegel, a necessidade absoluta difere das demais formas de necessidade não propriamente por *pressupor* contingência, mas por incorporá-la sem perder seu caráter necessário. Mas como pensar este tipo mais elevado de necessidade? Ou, mais ainda, como pensar este tipo de necessidade dando conta da outra característica decisiva do desenvolvimento dialético, destacada acima, a presença de graus distintos de determinação do pensamento?

*

¹⁷ Para a formalização desta dimensão negativa da dialética hegeliana, cf. Luft (2001, p. 158ss).

Para compreender o modo hegeliano de responder ao desafio de dar sentido à síntese *a priori*, àquele tipo mais elevado de necessidade referido acima, precisamos voltar nossa atenção para a dialética das modalidades, exposta na terceira e última seção da Doutrina da Essência, na *Ciência da Lógica*. Hegel avalia neste texto as condições que precisam ser cumpridas para que um pensamento (ou um existente) seja um pensamento (ou um existente) *efetivo*, quer dizer, não apenas algo real, mas uma realidade adequada ao Conceito, conforme às restrições originárias da razão objetiva (ou do *lógico*, em terminologia hegeliana). Ora, “*o que é efetivo é possível*” (WL, 6, p.202), e sendo possível, é idêntico consigo. Todo pensamento e todo existente possível tem de ser idêntico a si mesmo. A forma máxima da identidade consigo é a tautologia, e a tautologia é a forma máxima do predomínio da necessidade sobre a contingência. Mas a assim-chamada *rodada formal* da dialética das modalidades começa com uma exigência ainda mais extrema, que o efetivo seja captado não apenas em sua identidade, mas na forma pura da identidade que é a forma pura da necessidade.

Precisamos ter em mente aqui uma peculiaridade da dialética hegeliana: há três momentos no desenvolvimento lógico ou no processo de autotematização do pensamento. O pensamento tenta captar a si mesmo em categorias isoladas (modo abstrativo do entendimento), mas sendo as categorias semanticamente dependentes de outras categorias, tentar captá-las isoladamente resulta em contradição (lado negativo da razão) e só a sua compreensão complementar é verdadeira (lado positivo da razão)¹⁸. Na rodada formal das modalidades não temos apenas a forma extrema de predomínio da necessidade, mas a tentativa de captá-la como *pura necessidade*, necessidade sem contingência, e o que ocorre de fato é a reversão desta forma extrema de necessidade em uma forma extrema de contingência. Verdade,

¹⁸ Cf. Hegel (Enz, 8, §§79-82).

todo pensamento ou todo existente efetivo precisa ser idêntico a si mesmo, mas *qualquer* pensamento e *qualquer* existente cumpre esta exigência. Olhados por uma perspectiva, os pensamentos e existentes efetivos são apenas a iteração da mesma forma lógica da identidade (todos são idênticos a si mesmos), e tem sua necessidade própria (embora, dirá Hegel, meramente formal); olhados por outra perspectiva, estes potencialmente infinitos pensamentos e existentes que cumprem a demanda por autoidentidade são a manifestação da mais extrema contingência.

Na rodada real, a contingência, ainda oculta na forma da pretensa pura necessidade, agora torna-se explícita: “O que é efetivo *pode efetivar-se (wirken)*” (WL, 6, p.208), o efetivo pode manifestar-se como efetivo, e manifestar-se-á necessariamente dadas certas condições; o fato, todavia, de que tais condições estejam presentes é algo contingente, e aqui a contingência se faz explícita. Esta necessidade é apenas *necessidade relativa* justamente ao pressupor o ponto de partida destas condições externas ou condições de partida contingentes do processo causal.

É na rodada absoluta que surgirá, aos olhos de Hegel, a forma mais nobre de necessidade, a *necessidade absoluta*. Enquanto as condições anteriormente externas são agora concebidas como um momento do próprio processo de autodeterminação do Conceito, momento *posto* pela própria razão objetiva, esta pode ao mesmo tempo incorporar a contingência e dela livrar-se. E este ponto é de fato crucial: ao mesmo tempo em que cada novo conteúdo agregado no decorrer do desenvolvimento da vasta rede semântica examinada na *Lógica* revela a face complementar contingente do processo dialético - que se mostra assim mais do que uma mera tautologia (ou mero procedimento dedutivo) -, cada nova síntese, ao visar à completude ou plenificação do sentido em uma rede categorial exaustiva, antecipa não propriamente uma compreensão dialética e complementar entre necessidade e contingência, mas a dissolução desta naquela.

Aqui é preciso, mais do que nunca, distanciar-se criticamente de Hegel.

*

Uma contraproposta à solução hegeliana é conceber esta “necessidade mais elevada” que representa a síntese entre necessidade e contingência como uma forma esmaecida de necessidade, um *dever-ser*¹⁹. Sim, este é um passo decisivo, mas desse modo ainda não conseguimos captar outra descoberta central da *Lógica* de Hegel, a de que o processo dialético se dá, como já aventado acima, em distintos *graus de determinação*. Finalizo com uma proposta para levar em conta este ponto, o que permitirá lançar luzes sobre nossa questão de partida: é possível trasladar o conceito de ‘espaço lógico’ de seu uso na Filosofia Analítica wittgensteiniana para o âmbito de uma nova compreensão da lógica dialética?

A proposta é a seguinte: não se trata apenas de reverter a categoria ‘necessidade absoluta’ em um ‘dever-ser’, mas em compreender este dever-ser como desdobrando-se em potencialmente infinitos graus do predomínio da necessidade sobre a contingência, ou vice-versa, que correspondem aos distintos graus de liberdade de um sistema, inclusive o sistema do pensamento. O *grau zero de contingência (explícita)* (ou grau máximo de predomínio da necessidade sobre a contingência) corresponde àquela transformação de determinação em que o resultado *x* da transformação de uma determinação em outra é o único possível. Este máximo predomínio da necessidade manifesta-se, por exemplo, na necessidade analítica (típica dos “juízos analíticos” kantianos e de todos os argumentos estritamente dedutivos) ou na necessidade formal exposta por Hegel na rodada formal da dialética das modalidades. Agora podemos ascender um

¹⁹ Cf. Cirne Lima, *Sobre a Contradição* (in: OC, v.3, p.263ss).

passo, introduzindo um grau superior de contingência: o *primeiro grau de contingência* corresponde àquela transformação de determinação que resulta em uma de duas alternativas possíveis. O *segundo grau de contingência* corresponde à transformação que resulta em uma de três alternativas possíveis, e assim por diante.²⁰

Seguimos assim:

Grau 0 de contingência (explícita): só uma possibilidade.

Grau 1 de contingência: duas possibilidades.

Grau 2 de contingência: três possibilidades.

...²¹

Vimos na dialética das modalidades que a suposta “necessidade pura”, equivalente ao grau zero acima exposto, contém, como pressuposição implícita, contingência. Na verdade, uma contingência tão marcante que, uma vez explicitada, faz reverter a suposta pura necessidade - o máximo predomínio da necessidade sobre a contingência - em uma suposta pura contingência - o máximo predomínio da contingência sobre a necessidade. Entre estes dois extremos estão todos os outros potencialmente infinitos modos de manifestação do dever-ser ou da dialética de necessidade e contingência. Estamos vendo surgir diante de nossos olhos a forma mesma do espaço lógico em

²⁰ Esta ascensão modal, de um grau menor a um grau maior de contingência, pode ser percebido na transição, na lógica contemporânea, da lógica bivalente (em que proposições podem assumir apenas dois valores de verdade, verdadeiro (V) ou falso (F)) para a lógica trivalente (em que proposições podem ser verdadeiras (V), falsas (F) ou indeterminadas (I), rompendo o princípio do terceiro excluído) e desta para as lógicas difusas (com ‘n’ valores de verdade, eles mesmos potencialmente difusos, variando entre 1 e 0). As lógicas difusas adentram perigosamente no âmbito do espaço lógico em que se manifesta o “segundo grau de potencialidade” (cf. próxima nota), e por isso batem nos limites da possibilidade de formalização, representando “um desafio radical à concepção tradicional do âmbito e objetivos da lógica formal” (Haack, 2002, p.225).

²¹ Quando, neste movimento de ascensão, deparamos não apenas com uma ampliação quantitativa do campo de possibilidades, mas com o tornar-se difuso do campo de possibilidades, então adentramos o âmbito do *segundo grau de potencialidade* típico do Quadrante de Górgias no *espaço lógico evolutivo* (Luft, 2010, 2014a); todos graus anteriores, por sua vez, dizem respeito ao *primeiro grau de potencialidade*.

dialética²², o campo de todos os pensamentos e todas as formas possíveis de existência que, no âmbito da dialética das modalidades, desdobra-se entre todas as manifestações possíveis do dever-ser.

Um processo de auto-organização, como as sínteses dialéticas na *Lógica* hegeliana, é caracterizado pelo estabelecimento de um novo modo de configuração (uma nova *forma*) compatível com a preservação da coerência do todo *no contexto* de um novo problema a ser resolvido (uma nova incoerência potencial ou atual a ser superada). A escolha por uma síntese de categorias opostas não é, portanto, arbitrária (já que as possíveis respostas não são irrestritas), mas um certo modo de resolução de um problema é tanto mais contingente ou menos necessário quanto maior o número de alternativas possíveis.

Agora podemos reavaliar nossa compreensão do todo da *Lógica* hegeliana. Esta obra, que vai da mínima determinação semântica expressa pela categoria ‘ser’ à máxima determinação expressa pela categoria ‘ideia’, é toda construída ao revés, indo do mais contingente ao mais necessário, em um gradual fechamento do campo de possibilidades envolvido a cada nova tentativa de resolver uma contradição detectada no ato de autotematização do pensamento.

Este espaço de possibilidades, bem amplo ao início da *Lógica*, e cada vez mais estreito no decorrer do desenvolvimento da obra, pode ser chamado *espaço lógico*. Este campo de possibilidades tem por restrição originária apenas a demanda por coerência: *só o coerente permanece determinado*. A única demanda de origem é esta: que todos os pensamentos possíveis e todas as formas possíveis de existência emergem sempre em redes (a demanda *por princípio* de toda ontologia relacional), que toda

²² Tenho chamado este espaço lógico em dialética de *espaço lógico evolutivo* (Luft, 2014b, p.87), mas em um sentido diferente do utilizado por Koch (2014). Ao final ficará claro por que julgo indevido aplicar este termo no contexto da interpretação da *Lógica* de Hegel, ao menos não sem profundas correções.

perda de determinação na parte supõe transformação de determinação em uma totalidade mais abrangente (o *holismo* pressuposto pela ontologia relacional, ou a pressuposição do *absoluto*).

Até aqui a noção de “espaço lógico” encontra seu uso justificado, e poderíamos deslocá-la do *Tractatus* de Wittgenstein para a *Lógica* de Hegel sem maior problema - desde que, claro, repensada no âmbito de todas as demandas de uma filosofia dialética da linguagem. Mas, e agora o ponto crucial, qual seria o sentido de empregar o conceito de ‘espaço lógico’ uma vez que as formas do silogismo venham a determinar *a priori* o único modo de pensar a vasta trama categorial da esfera lógica? Ou, de outro modo, como falar em ‘espaço lógico’ quando o amplo campo de possibilidades dado ao início do processo dialético reverte em um campo de possibilidade única? Não sendo viável, no âmbito de um pensamento com ambição de completude, falar em *mundos possíveis*, ou *pensamentos possíveis*, tampouco podemos usar com sentido o termo ‘espaço lógico’, muito menos conceber com sentido a sua “evolução”.

Se isto é verdade, então a correção da *Lógica* hegeliana, recusando-se a teleologia do incondicionado que caracteriza a Doutrina do Conceito, não é apenas o ponto de partida para reconciliação da dialética consigo mesma²³, mas uma precondição para o uso legítimo do conceito de ‘espaço lógico’ em dialética.

Referências

- Brandom, Robert. 1994. *Making It Explicit. Reasoning, Representing, & Discursive Commitment*. Cambridge: Harvard University Press.
- Cirne Lima, Carlos. 2017. *Obra Completa [OC]*. 5 vols. Porto Alegre: Escritos.
- Frege, Gottlob. 1987. *Die Grundlagen der Arithmetik [GA]*. Stuttgart: Reclam.

²³ Cf. Luft (2010, 2014a).

Gabriel, Markus. 2011. *Transcendental Ontology. Essays in German Idealism.* London, New York: Continuum.

Gadamer, Hans-Georg. 1990. *Gesammelte Werke [GW].* Mohr. Tübingen.

Haack, Susan. 2002. *Filosofia das Lógicas.* Translated by Cezar A. Mortari and Luiz Henrique de A. Dutra. São Paulo: UNESP.

Hegel, Georg Wilhelm Friedrich. 1990. "Wissenschaft der Logik [WL]." In *Werke in 20 Bänden*, edited by Eva Moldenhauer and Karl M. Michel, 2 ed. Vol. 5,6. Frankfurt am Main: Suhrkamp.

_____. 1989. "Enzyklopädie der philosophischen Wissenschaften [Enz]." In *Werke in 20 Bänden*, edited by Eva Moldenhauer and Karl Markus Michel. Vol. 8,9,10. Frankfurt am Main: Suhrkamp.

Höfle, Vittorio. 1997. *Die Krise der Gegenwart und die Verantwortung der Philosophie: Transzendentalpragmatik, Letztbegründung, Ethik.* 3 ed. München: Beck.

Kant, Immanuel. 1990. *Kritik der reinen Vernunft [KrV].* Edited by Raymund Schmidt. 3rded. Hamburg: Meiner.

Kauffman, Stuart A. 1993. *The Origins of Order. Self-Organization and Selection in Evolution.* Vol. 26. 6. New York: Oxford University Press.

Koch, Anton Friedrich. 2014. *Die Evolution des logischen Raumes. Aufsätze Zu Hegels Nichtstandard-Metaphysik.* Tübingen: Mohr Siebeck.

_____. 2015. "Hegel on the Logical Big Bang and the Evolution of Logical Space." Disponível em: <http://www.phil.tsinghua.edu.cn/publish/dphien/9647/20150722/94571437580576440.pdf>. Acesso: 27/10/2017.

Kulenkampff, Arend. 1970. *Antinomie und Dialektik. Zur Funktion des Widerspruchs in der Philosophie.* Stuttgart: Metzler.

Luft, Eduardo. 2010. "Ontologia Deflacionária e Ética Objetiva." *Veritas* 55 (1):52–120.

- _____. 2014a. "Dialectic and Network Ontology. The Concept of Reason after Hegel." In *Los Aportes del Itinerario Intelectual de Kant a Hegel*, edited by Héctor Ferreiro, Thomas Sören Hoffmann, and Agemir Bavaresco, 946–978. Porto Alegre: Edipucrs/Editora Fi.
- _____. 2014b. "Platão ou Platonismo: Um Tópico em Dialética Descendente." In *Hermenêutica e Dialética: entre Gadamer e Platão*, edited by Luiz Rohden, 65–90. São Paulo: Loyola.
- _____. 2001. *As Sementes da Dúvida. Investigação Crítica dos Fundamentos da Filosofia Hegeliana*. São Paulo: Mandarim.
- Margutti Pinto, Paulo Roberto. 1998. *Iniciação ao Silêncio. Análise do Tractatus de Wittgenstein*. São Paulo: Loyola.
- Oliveira, Manfredo Araújo de. 1996. *Reviravolta Lingüístico-Pragmática na Filosofia Contemporânea*. São Paulo: Loyola.
- Pessoa, Fernando. 1986. *Obra Poética [OP]*. Edited by Maria Aliete Galhoz. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.
- Preston, John. 2015. "Logical Space and Phase-Space." In *Mind, Language and Action*, edited by Danièle Moyal-Sharrock, Volker Munz, and Annalisa Coliva. Berlin: De Gruyter.
- Puntel, Lorenz Bruno. 1977. "Hegels 'Wissenschaft der Logik' – eine systematische Semantik?" In *Ist systematische Philosophie möglich?* edited by Dieter Henrich, 611–621. Bonn: Bouvier Verlag [Hegel-Studien, Beiheft 17].
- Redding, Paul. 1996. *Hegel's Hermeneutics*. New York: Cornell University Press.
- Schopenhauer, Arthur. 1986. *Sämtliche Werke [SW]*. Edited by Wolfgang Frhr. von Löhneysen. 5 vols. Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- Toulmin, Stephen. 1969. "Ludwig Wittgenstein." *Encounter*, 58–71.
- Utz, Konrad. 2011. "Ser, Nada, Devir: Espaço Lógico e Tempo Lógico." In *Rio de Janeiro: Sociedade Hegel Brasileira*. <http://hegel2011.congressos.hegelbrasil.org/resumos-hegel2011.rehesp1.pdf>.

Wartenberg, Thomas E. 1993. "Hegel's Idealism: The Logic of Conceptuality." In *The Cambridge Companion to Hegel*, edited by Frederick C. Beiser, 102–29. Cambridge: Cambridge University Press.

Wittgenstein, Ludwig. 1997. "Tractatus Logico-Philosophicus [TLP]." In *Werkausgabe in 8 Bänden*, edited by Joachim Schulte, 11 ed., 1:7–85. Frankfurt am Main: Suhrkamp.

— 1997. "Philosophische Untersuchungen [PU]." In *Werkausgabe in 8 Bänden*, edited by Joachim Schulte, 11 ed., 1:225–580. Frankfurt am Main: Suhrkamp.